

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

## PROVA OBJETIVA

### CONHECIMENTOS BÁSICOS

#### Texto para os itens de 1 a 20.

1 É provável que a Medicina tenha surgido com a humanidade. Vítima e testemunha do sofrimento, o ser humano deve, desde logo, ter-se debruçado sobre os doentes, com o desejo de curá-los. É possível que encarasse a doença como ocorrência sobrenatural, tal como os ventos, as tempestades ou as manifestações de deuses malévolos. A doença, com suas  
4 dolorosas consequências, seria obra de algum espírito, cuja ira importaria aplacar com os sacrifícios, ou seria obra de algum inimigo, dotado de poderes especiais, cuja animosidade haveria de ser combatida por meio de sortilégios.

Nesse quadro geral, a doença foi diversamente contemplada, ora como fruto de invasão do organismo por matéria  
7 estranha, ora como “perda da alma”, ora em termos de corpo possuído por fantasmas, ora como decorrência do rompimento de tabus, entre outras formas.

Povos primitivos entendiam a doença como algo que se devia à ação de projéteis: lanças, flechas, pedras atiradas  
10 por inimigos ou, talvez, ossos e espinhos que alguém engolia sem querer, em virtude da ação de forças adversas, humanas ou sobre-humanas. Em alguns casos, o projétil é um organismo (um verme, por exemplo), cujos movimentos, na pessoa afetada, explicariam dores agudas ou o mal-estar súbito. A terapia, nessas várias situações, resumir-se-ia à localização e à remoção do  
13 invasor, sem excluir, muitas vezes, a possibilidade de devolvê-lo ao remetente.

A alma, para povos primitivos, não seria entendida em fundamentos teológicos ou metafísicos, mas como sombra  
ou duplo da pessoa. Esse duplo teria condições, às vezes, de separar-se do corpo, graças à ação mágica dos deuses ou de  
16 eventuais inimigos humanos. A terapia aconselhável consistia em reencontrar a alma para devolvê-la ao proprietário. No caso de invasão por demônio, a pessoa adoecia porque era possuída por espíritos ou almas estranhas, cuja terapia consistia em tratamentos psicológicos (exorcismo), em extrações mecânicas (alcançada por ingestão de substâncias ou por aspiração  
19 de vapores presumivelmente não apreciados pelo invasor) ou em transferências (procurando-se enviar a alma estranha para outro corpo – animal ou objeto capaz de retê-la).

Quando se alude à quebra de tabus, entendia-se a doença como punição: o doente era castigado por haver-se  
22 rebelado contra imperativos religiosos ou sociais. Deuses e almas de antepassados puniam os homens que não se curvavam diante dos mandamentos vigentes.

Em certas circunstâncias, era preciso distinguir a culpa individual da coletiva: males que afligiam a tribo eram  
25 associados a uma culpa coletiva, um erro ou uma desobediência generalizada, que dava origem aos males e às epidemias. Em qualquer caso, a terapia envolvia interrogatório e confissão de culpa. Confessada a culpa, as pessoas castigadas, prometendo fidelidade aos mandamentos em vigor, adquiriam condições de curar-se.

HEGENBERG, Leonidas. Evolução histórica do conceito de doença.

In: L. Hegenberg (org.). **Doença: um estudo filosófico**.

Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998 (com adaptações).

No que se refere às ideias do texto, julgue os itens a seguir.

- 1 Quanto às características do texto, nele é empregada uma linguagem de difícil acesso, que é ininteligível para quem não é da área médica.
- 2 É predominante, no texto, a tipologia argumentativa, ao se discutir e pormenorizar os vários conceitos de doença, nos tempos modernos.
- 3 Segundo o texto, a medicina teria surgido da necessidade humana de se afastar e curar, a partir de rituais e crenças mágicas, o sofrimento causado por enfermidades e por ferimentos.
- 4 Depreende-se do texto que a medicina, como a arte de curar, era aplicada desde as civilizações mais antigas.

- 5 Deduz-se do texto que o termo medicina designa tanto a arte de curar (prática médica) quanto a aplicação de terapia (na forma de rituais e mágicas para curar as doenças).
- 6 De acordo com o texto, as doenças tinham uma causa única, ou seja, eram ocorrências naturais, com dolorosas consequências, que poderiam ser aplacadas por curandeiros.
- 7 A partir da sentença “seria obra de algum inimigo, dotado de poderes especiais ou mágicos, cuja animosidade haveria de ser combatida por meio de sortilégios”, no primeiro parágrafo, depreende-se a referência a feiticeiro, bruxo ou mago.

Com referência ao texto e a seus aspectos linguísticos e gramaticais, julgue os itens seguintes.

- 8 Na linha 2, o termo “-los”, em “curá-los”, retoma o termo antecedente “os doentes”, da mesma forma que, na linha 16, o termo “-la” retoma “a alma”.
- 9 Ao se falar de “ocorrência sobrenatural” (linha 3), citando-se “os ventos, as tempestades ou as manifestações de deuses malévolos” como exemplos, considerava-se que, à época, os fenômenos meteorológicos ou atmosféricos eram tidos como não naturais.
- 10 A expressão “tal como” (linha 3) poderia, sem prejuízo gramatical, ser flexionada no plural – **tais como** –, caso em que passaria a se referir aos elementos da enumeração posterior.
- 11 No primeiro parágrafo do texto, anteriormente à forma verbal “encarasse” (linha 2), está elíptica a expressão “medicina”.
- 12 A expressão “com suas dolorosas consequências” (linhas 3 e 4) poderia ser suprimida da oração, sem que isso provocasse prejuízo gramatical ou falta de clareza no texto.
- 13 O termo “sortilégios” (linha 5) poderia ser substituído por **sacrilégios**, sem prejuízo gramatical ou aos sentidos do texto.
- 14 No segundo parágrafo do texto, são enumeradas explicitamente três explicações para a ocorrência de doenças, as quais estão descritas nos próximos parágrafos do texto.
- 15 No segundo parágrafo do texto, o vocábulo “ora”, em todas as suas ocorrências, foi empregado para unir duas ou mais orações, e expressa alternância.
- 16 Os vocábulos “possível”, “projéteis” e “psicológicos” apresentam acento gráfico em razão da mesma regra de acentuação.
- 17 Na linha 9, o emprego de acento gráfico no termo “à”, em “se devia à ação de projéteis”, decorre da regência da forma verbal “dever-se”, que é acompanhada do vocábulo “a”, em presença de artigo feminino “a” que define “ação de projéteis”.
- 18 O período “Povos primitivos entendiam a doença como algo que se devia à ação de projéteis: lanças, flechas, pedras atiradas por inimigos ou, talvez, ossos e espinhos que alguém engolia sem querer, em virtude da ação de forças adversas, humanas ou sobre-humanas.” (linhas de 9 a 11) poderia ser reescrito, sem prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos originais do texto, da seguinte forma: **As populações antigas acreditavam que a doença existia por força da ação de projetis como lanças, flechas, pedras atiradas por inimigos, ou mesmo, ossos e espinhos que alguém sem querer engoliu, graças a ação de forças diversas, humana ou sobre-humana.**

- 19 No quinto parágrafo, o termo “Quando” permite situar no tempo a ação expressa na oração principal.
- 20 No último parágrafo do texto, as duas ocorrências do elemento “que” empregado nas duas orações apresentam a mesma função sintática.

---

Betina estava brincando de amarelinha no pátio da escola, onde havia três pistas desenhadas no chão: a primeira com os números de 1 a 10; a segunda com os números de 1 a 8; e a terceira com os números de 1 a 7.

Em cada turno, Betina escolhia aleatoriamente uma das pistas e, em seguida, pulava sobre um número dessa pista, sendo ambas as escolhas feitas de forma equiprovável e independente.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 21 A probabilidade de Betina pisar em um número par, após escolher aleatoriamente uma das três pistas, é igual a 48%.
- 22 Se Betina escolher a pista que vai de 1 a 10, a probabilidade de ela pisar em um número primo será igual a 40%.
- 23 A probabilidade de Betina escolher a terceira pista e, em seguida, pisar em um número ímpar é menor que 20%.
- 24 Sabendo-se que Betina pisou no número 8, a probabilidade de isso ter ocorrido na segunda pista é igual a  $\frac{1}{2}$ .

---

Gael estava treinando para provas de canoagem de três distâncias: 200 metros; 500 metros; e 1.000 metros. Ele completou o percurso de 200 metros em 40 segundos, o de 500 metros em 1 minuto e 40 segundos, e o de 1.000 metros em 3 minutos e 40 segundos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 25 A velocidade média de Gael no percurso de 200 metros foi maior que no percurso de 500 metros.
- 26 Se Gael mantivesse a mesma velocidade média dos 200 metros no percurso de 1.000 metros, ele completaria esse trajeto em exatamente 3 minutos e 20 segundos.
- 27 Para percorrer os 200 metros no mesmo ritmo com que percorre os 1.000 metros, Gael levaria 45 segundos.

---

Sabendo-se que as proposições “Ana é alagoana se, e somente se, Beatriz é baiana” e “Cecília é curitibana e Beatriz não é baiana” são verdadeiras, julgue os itens a seguir.

- 28 Ana é alagoana.
- 29 A proposição “Cecília é curitibana e Beatriz não é baiana” é a negação da condicional “Se Cecília é curitibana, então Beatriz é baiana”.
- 30 A proposição “Se Beatriz é baiana, então Déborah é douradense” é verdadeira, independentemente de Déborah ser ou não douradense.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas das mãos esquerdas; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referam-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Quanto aos conceitos de *hardware*, ao Microsoft Teams e aos conceitos de redes de computadores, julgue os itens seguintes.

- 31 A placa-mãe, em um computador, tem como função conectar e permitir a comunicação entre os principais componentes do computador, como o processador, a memória RAM e os dispositivos de armazenamento.
- 32 No computador, a principal função de uma placa de rede é melhorar o desempenho gráfico do computador, processando imagens e vídeos em alta resolução.
- 33 No Microsoft Teams, cada canal é dedicado a um tópico, a exemplo do departamento ou projeto específico.
- 34 Por padrão, as conversas do canal no Microsoft Teams são privadas e limitadas a duas pessoas, ou seja, apenas os dois envolvidos na comunicação possuem conhecimento do teor delas.
- 35 A PAN é um conjunto de redes interconectadas que compartilham recursos e informações entre diferentes empresas e instituições ao redor do mundo.

---

Em relação ao programa de navegação Google Chrome, em sua versão mais recente, às noções de vírus, *worms* e pragas virtuais e aos aplicativos para segurança da informação, julgue os itens a seguir.

- 36 Por questões de segurança, o Google Chrome não permite que o usuário faça *download* de arquivos executáveis a partir do navegador, por exemplo, *.exe* e *.bat*.
- 37 Uma das formas de compartilhar páginas no Google Chrome com as pessoas usando outros aplicativos é por meio de um QR code.
- 38 O *adware* é um *malware* que faz publicidade forçada, ou seja, ele insere anúncios indesejados e redireciona páginas da *web* para *sites* patrocinados.
- 39 A principal característica de um *ransomware* é sobrecarregar servidores de DNS, tornando-os inacessíveis.
- 40 O *firewall* monitora o tráfego de rede e permite ou bloqueia a comunicação com base em regras predefinidas de segurança.



RASCUNHO

## CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Os servidores públicos devem ser guiados, acima de tudo, por valores fundamentais, como dignidade, decoro, dedicação, eficiência e integridade moral. Esses princípios devem orientar suas ações não apenas no desempenho de suas funções oficiais, mas também em sua vida pessoal, pois suas condutas refletem a própria essência e propósito do Estado. Considerando essas informações, julgue os itens seguintes.

- 41** Como regra, a publicidade dos atos da Administração Pública é requisito fundamental dos atos administrativos, constituindo-se como dever do servidor e requisito de eficácia e moralidade, sendo que sua omissão compromete o bem comum, imputável a quem a negar.
- 42** O servidor público deve se atentar a evitar danos aos usuários de serviços públicos, inclusive o dano moral, pondo fim ou procurando, prioritariamente, resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições.
- 43** Em atenção às regras éticas e seu dever de integridade, o servidor público, no exercício de sua função, não poderá, em hipótese alguma, retirar do setor qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público.

A improbidade administrativa, regulamentada pela Lei nº 8.429/1992, refere-se aos atos praticados por agentes públicos que violam os princípios da Administração Pública, causando dano ao erário ou proporcionando enriquecimento ilícito. A partir dessa informação, julgue os itens a seguir.

- 44** Uma importante regra no sistema nacional de sanções contra a prática de atos de improbidade administrativa está na desnecessidade de comprovação de ato doloso, admitindo-se a responsabilidade por negligência, imprudência ou imperícia.
- 45** O objetivo do sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa é também evitar que se promovam, indevidamente, o enaltecimento do agente público e a personalização de atos, de programas, de obras, de serviços ou de campanhas dos órgãos públicos.
- 46** Entre as sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, estão a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, a perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos por até 14 anos e as penas restritivas de liberdade, como a detenção e a prisão simples.
- 47** Entre as medidas cautelares previstas para a ação de improbidade administrativa, está a possibilidade de ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário, não se admitindo, porém, seu deferimento, sem oitiva prévia do réu.

A Lei nº 9.784/1999, estabelece normas básicas para o processo administrativo federal. Surgida no contexto de modernização da Administração Pública, tem por principal objetivo proteger os direitos dos administrados, além de melhorar a eficiência administrativa. Considerando essas informações, julgue os itens a seguir, em relação à referida Lei e aos princípios e às regras que regem o processo administrativo.

- 48** Como regra, o administrado deve atuar pessoalmente no processo administrativo e em interesse próprio. No entanto, o administrado tem o direito de fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de Lei.
- 49** A Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, não se aplica aos procedimentos perante os tribunais de contas, sendo afastada, integralmente, pelo caráter jurisdicional de seus julgamentos.
- 50** Em relação aos prazos processuais da Lei nº 9.784/1999, estes só poderão ser suspensos por motivo de força maior, que seja devidamente comprovado.

Considerando a Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI) – e os procedimentos a serem observados por União, estados, Distrito Federal e municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto na Constituição Federal de 1988, julgue os itens seguintes.

- 51** A LAI aplica-se, indistintamente, aos órgãos públicos integrantes da Administração Direta dos Poderes Executivo, Legislativo – incluindo as Cortes de Contas, do Judiciário e do Ministério Público, bem como às autarquias, às fundações públicas, às empresas públicas e sociedades de economia mista, assim como em relação às demais entidades controladas direta ou indiretamente por União, estados, Distrito Federal e municípios.
- 52** A LAI estabelece um sistema de sanções por sua violação, sendo que a pessoa física ou a entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o Poder Público e deixar de observá-la estará sujeita às penas que começam com a advertência e chegam, no máximo, à aplicação de multas.

Em relação ao conteúdo da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), julgue os itens a seguir.

- 53** De modo a evitar a violação ao direito à informação, o Tribunal de Contas da União possui amplo entendimento de que, para a eventual retirada de informações publicadas em transparência ativa, em especial aquelas de maior relevância e interesse público, deve haver justificativa com fundamentação específica e adequada para a prática desse ato, não se admitindo a retirada com invocação de princípios gerais da LGPD.

- 54** A LGPD determina que os dados de saúde devem ser tratados de maneira a garantir sua confidencialidade, segurança e integridade, exigindo-se a adoção de medidas técnicas e administrativas apropriadas para proteger esses dados contra acessos não autorizados e usos indevidos, sendo considerado dado pessoal sensível o referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
- 55** A fim de assegurar a efetiva indenização ao titular dos dados, em caso de violação aos deveres estabelecidos pela LGPD, o operador de dados responderá subsidiariamente pelos danos causados pelo tratamento, quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas dadas pelo controlador.

No que diz respeito às medidas tomadas pelo atual presidente norte-americano, julgue os itens seguintes.

- 56** Em relação aos imigrantes, o presidente norte-americano Donald Trump assinou ordens executivas que deram ao Serviço de Imigração e Alfândega dos EUA a possibilidade do procedimento de deportação rápida.
- 57** O número de brasileiros deportados no primeiro ano do governo Trump foi maior que o das remoções de brasileiros dos Estados Unidos da América (EUA) na última década.
- 58** No contexto político atual, o refugiado é tratado como estorvo, pois possui *status* de um imigrante socioeconômico com mão de obra desqualificada que não gera nenhum tipo de atrativo na divisão internacional do trabalho.
- 59** Uma compensação econômica fez o governo de El Salvador receber mais de duas centenas de imigrantes deportados dos EUA.
- 60** Para executar deportações dos migrantes, o atual governo dos EUA usou uma lei promulgada mais de dois séculos atrás, que nunca havia sido utilizada, a chamada Lei de Inimigos Estrangeiros.
- 61** Na escala de nações, a maior população de migrantes do mundo encontra-se nos EUA.
- 62** No Brasil, a emigração é muito pouco significativa, uma vez que, nos anos pós-pandemia, a saída de brasileiros para outros países não passou de algumas centenas de pessoas.
- 63** Atualmente, o maior quantitativo de imigrantes registrados no Brasil responde pelos venezuelanos.
- 64** Uma das medidas do governo Trump foi efetivar, de imediato, a retirada dos EUA do Acordo de Paris, um tratado internacional que visa reduzir as emissões de gases do efeito estufa e combater as mudanças climáticas.
- 65** O presidente Donald Trump concedeu indulto a mais de 1.000 condenados pelo ataque ao Capitólio, evento que tentou impedir a juramentação do então presidente eleito Joe Biden.
- No que concerne a eventos econômicos e ambientais que envolvem o Brasil, julgue os itens a seguir.
- 66** A tentativa de combater a inflação de comestíveis fez o governo federal brasileiro zerar o imposto de importação de alguns alimentos.
- 67** Apesar de ser composto de um grupo de países que se destaca por reuniões voltadas para os processos econômicos, o Brics não deixou de discutir o assunto sobre a guerra entre a Rússia e a Ucrânia.
- 68** Uma das medidas do atual governo dos EUA que afeta o Brasil é o aumento da tarifa sobre a importação do aço.
- 69** O Brasil foi ameaçado de não sediar a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), por ter executado perfuração de petróleo na foz do rio Amazonas.
- 70** Eventos atmosféricos, como as chuvas torrenciais que causaram a enchente em Porto Alegre e as tempestades de ventos fortes em São Paulo, são certificações do aquecimento global fornecidas de forma singular e uníssona pelos especialistas do painel intergovernamental sobre mudanças climáticas (IPCC).



RASCUNHO

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considerando os princípios constitucionais relativos ao Estado brasileiro e relativos à forma e ao sistema de governo, julgue os itens a seguir.

- 71** São elementos do Estado brasileiro a indissolubilidade da Federação e o estado democrático de direito, não se admitindo a secessão, embora a intervenção, em situações bem definidas pelo texto constitucional, seja possível.
- 72** No momento da promulgação da Constituição Federal de 1988, a convicção na forma de Estado Republicana era relativa, já que foi previsto que o eleitorado definiria, em data certa, por meio de plebiscito, a forma (república ou monarquia constitucional) e o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) que deveriam vigorar no País.
- 73** Considerando o recente avanço das competências do Congresso Nacional em relação ao orçamento, em especial, pelas emendas parlamentares impositivas e a já tradicional atribuição do Congresso de sustar atos normativos do Poder Executivo, além de aprovar nomeação de diversas autoridades, considera-se que o sistema de governo estabelecido mais recentemente pelo texto constitucional é o semipresidencialismo.

A segurança jurídica é um elemento central do estado de direito. Do princípio da segurança jurídica derivam a questão da retroatividade das leis, validade dos atos jurídicos, autossujeição da Administração Pública aos requisitos da publicidade e da coisa julgada, assegurando-se, assim, a função estabilizadora do Estado de Direito.

Peter Häberle. **Estado constitucional** (com adaptações).

Considerando as informações supracitadas, julgue os itens seguintes.

- 74** O *status* constitucional do princípio da segurança jurídica é imprescindível ao estado democrático de direito e, portanto, não pode ceder diante da alegação de que ofende a moralidade pública e da razoabilidade, como se seu regime tivesse natureza meramente infraconstitucional.
- 75** A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal estabelece que não há direito adquirido frente a regime jurídico de servidor público, mas ressalva que o direito à aposentadoria se adquire e se introduz no patrimônio jurídico do interessado no momento em que este ingressa no serviço público.

Em relação ao tema de regime jurídico aplicável a servidores públicos e militares, em especial, das regras constitucionais de acumulação de cargos públicos, julgue o item a seguir.

- 76** Os policiais e os bombeiros militares dos estados e do Distrito Federal podem acumular a função militar com cargos públicos nas áreas de saúde e educação, quando houver compatibilidade de horários e com prevalência da atividade militar.

Com base na Constituição Federal de 1988, julgue os itens a seguir, em relação à organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

- 77** A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada estado, em cada território e no Distrito Federal, sendo que o número total de deputados, estabelecido por lei complementar, deve ser proporcional à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de 8 ou mais de 70 deputados.
- 78** O texto constitucional assegura estabilidade do governo ao estabelecer que, em caso de impedimento do presidente e do vice-presidente, ou em caso de vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência o presidente do Congresso Nacional e, na sua falta, os demais membros da mesa diretora do Senado Federal.
- 79** O Conselho Nacional da Justiça é competente para apreciar, inclusive de ofício, a legalidade dos atos praticados por membros ou por órgãos do Poder Judiciário, quando se referem às infrações típicas segundo as normas da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, bem como rever os respectivos processos disciplinares, podendo aplicar pena mais gravosa do que a imposta pelos Tribunais.

Em relação às limitações do poder de tributar, julgue o item a seguir, a partir das alterações provocadas pela Emenda Constitucional nº 132/2023, que trata da reforma tributária.

- 80** A reforma tributária propôs-se a aperfeiçoar o Sistema Tributário Nacional, determinando que este deverá ser calcado nos princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente. Além disso, a Emenda Constitucional nº 132/2023 determinou que as alterações na legislação tributária buscarão atenuar os efeitos regressivos da tributação.

Considerando a organização objetiva e subjetiva da Administração Pública brasileira, julgue os itens seguintes.

- 81** As autarquias são pessoas jurídicas de direito público que desenvolvem atividades administrativas típicas de Estado e, por isso, gozam de liberdade administrativa nos limites estabelecidos na legislação, em especial, na que determina a criação de cada uma delas, desfrutando de personalidade jurídica própria e autonomia técnica, administrativa e financeira.
- 82** No que concerne ao regime jurídico das autarquias profissionais, é firme o entendimento jurisprudencial no sentido de que os conselhos de fiscalização profissional têm natureza de autarquia federal, sendo assegurada a ampla autonomia técnica, administrativa e financeira, em especial, para a cobrança de suas anuidades, que não se constituem tributo.

- 83** Devido à natureza jurídica dos conselhos de fiscalização profissional e à gestão de recursos públicos que eles efetuam, o tribunal de contas controla suas atividades, estando eles sujeitos às regras de contabilidade pública.
- 84** O ordenamento jurídico admite duas espécies de empresa pública e de sociedade de economia mista, levando em consideração a finalidade por elas exercida, admitindo-se tanto a prestação de serviço público quanto a exploração de atividade econômica.
- 85** Em relação aos critérios para a nomeação de diretores de agências reguladoras, a legislação estabelece que poderão ser indicados para o conselho diretor, ou para a diretoria colegiada, ministro de estado, secretário de estado, secretário municipal, dirigente estatutário de partido político e titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, desde que licenciados dos respectivos cargos.

---

Acerca das licitações e dos contratos administrativos julgue os itens a seguir.

- 86** De acordo com o que estabelece a Lei nº 14.133/2021, admite-se a contratação direta de bens e serviços, atendidos os requisitos legais. Assim, é dispensável a licitação para a aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
- 87** Em relação às entidades da Administração Pública que se submetem à Lei Geral de Licitações e Contratos, não são abrangidas pela Lei nº 14.133/2021 as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, já que o regime de licitações e contratos aplicáveis a elas está estabelecido na Lei nº 13.303/2016, a Lei das Estatais, ressalvado o que trata dos crimes em licitações e contratos administrativos.

---

Uma determinada licitante, participando de um pregão eletrônico de determinada autarquia federal, após vencer a fase de lances, enviou os documentos de habilitação econômico-financeira contendo o balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, além da certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, na forma determinada pelo edital, com vistas à habilitação econômico-financeira. Ao analisar a documentação, o pregoeiro percebeu que os índices financeiros exigidos pelo edital estavam fora dos limites aceitos para permitir a habilitação da empresa.

Com base nessa situação hipotética e nas regras aplicáveis ao pregão, julgue os itens seguintes.

- 88** O pregoeiro deverá inabilitar a empresa licitante por insuficiência de índices econômico-financeiros e retornar à fase de preços do pregão, realizando nova rodada de lances com as demais empresas licitantes.

- 89** Da decisão do pregoeiro que inabilitou a empresa caberá recurso administrativo, devendo, porém, a licitante manifestar a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, sendo que o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

---

Em relação aos atos administrativos, julgue o item a seguir.

- 90** O administrador está vinculado aos motivos postos como fundamento para a prática do ato administrativo, seja vinculado seja discricionário, configurando vício de legalidade, justificando até mesmo o controle do Poder Judiciário, se forem inexistentes ou inverídicos, bem como se faltar adequação lógica entre as razões expostas e o resultado alcançado.

---

No que se refere ao tema de capacidade civil e de personalidade, julgue os itens seguintes, à luz do Código Civil brasileiro.

- 91** O direito à identidade é um direito de personalidade de caráter inato, sendo base de outros direitos referentes à família e à cidadania.
- 92** De acordo com o Código Civil brasileiro, são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, os maiores de 16 e menores de 18 anos de idade, os ébrios habituais e os viciados em tóxico, os pródigos e aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade, pois o elemento do discernimento suficiente é fundamental para o exercício pleno da capacidade civil.
- 93** A jurisprudência considera ineficaz a procuração outorgada em face de analfabetismo, já que essa condição lhe retira a capacidade para os atos da vida civil.

---

De acordo com a legislação brasileira, as pessoas jurídicas são entidades dotadas de personalidade jurídica, ou seja, são sujeitos de direitos e obrigações distintos das pessoas físicas que as compõem. Com base nessa informação, julgue os itens seguintes.

- 94** Os partidos políticos são organizados e funcionam conforme o disposto no Código Civil e são equiparados pela lei às fundações.
- 95** A lei assegura a autonomia patrimonial das pessoas jurídicas como instrumento lícito de alocação e segregação de riscos. Isso não quer dizer, porém, que, em caso de abuso desse direito, a Administração Pública não possa desconsiderar a personalidade jurídica para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

Uma obrigação jurídica é um vínculo pelo qual uma pessoa (o devedor) fica adstrita a dar, fazer ou não fazer algo em favor de outra pessoa, denominada credor dessa obrigação. Considerando essa informação, julgue os itens a seguir, acerca do tratamento do Código Civil para as obrigações solidárias.

- 96** A jurisprudência do STJ considera que o inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.
- 97** Não é lícito ao credor renunciar à solidariedade em favor de um ou de alguns dos devedores. Isso quer dizer que, se o credor exonerar da solidariedade um ou mais devedores, ela estender-se-á a todos os demais devedores.

---

Em relação ao contrato de seguros, julgue o item a seguir.

- 98** À luz do Código Civil, em qualquer das modalidades de contratos de seguros, a apólice ou o bilhete de seguro poderão ser nominativos, à ordem ou ao portador, mencionando-se os riscos assumidos, o início e o fim de sua validade, o limite da garantia e o prêmio devido e, quando for o caso, o nome do segurado e o do beneficiário.

---

No que concerne às regras de direito sucessório estabelecidas no Código Civil brasileiro, julgue os itens seguintes.

- 99** A capacidade para adquirir por testamento pressupõe a existência do herdeiro, ou legatário, à época da morte do testador. Isso quer dizer que, tendo falecido antes o herdeiro, a cédula testamentária perderá sua validade.
- 100** É possível que haja a deserção tanto dos descendentes por seus ascendentes, quanto de ascendentes pelos descendentes, sendo que o direito de provar a deserção extingue-se no prazo geral do Código Civil, a saber, em dez anos, a contar da data da abertura do testamento.

---

Conforme as regras processuais aplicáveis ao procedimento de julgamento do mandado de segurança (MS), julgue o item a seguir.

- 101** Na sessão de julgamento de recurso em mandado de segurança perante tribunal, depois da exposição da causa pelo relator, não se admite sustentação oral, exceto ao representante do membro do Ministério Público, já que o Parquet atua no MS como *custos legis*.

---

Acerca dos princípios e regras que regem o processo civil brasileiro, julgue os itens seguintes.

- 102** Ainda que o Código de Processo Civil estabeleça o dever de cooperação entre todos os sujeitos do processo, o juiz não pode auxiliar o autor na busca de endereços para a citação do réu, já que a citação é ônus da parte que inicia o processo.

- 103** A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial. Porém, é direito do autor lançar, na petição inicial, a opção pela não realização de audiência de conciliação ou de mediação.

- 104** A Defensoria Pública tem por *munus* a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados. No entanto, a atuação no processo civil é equiparada à da advocacia privada, não se admitindo qualquer privilégio processual, em atenção ao princípio de paridade de armas.

---

No que diz respeito às execuções fiscais regidas pela Lei nº 6.830/1980 e às regras infraconstitucionais tributárias, julgue os itens seguintes.

- 105** Considerando o dever de proteção aos contribuintes, expressos na Lei nº 6.830/1980 e no novo paradigma de equidade no processo de execução fiscal, apresentado pela reforma tributária (Emenda Constitucional nº 132/2024) admite-se que os embargos do executado sejam conhecidos, processados e julgados independentemente de que seja apresentada garantia à execução.
- 106** A prescrição é hipótese de extinção do crédito tributário, sendo que a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data de sua constituição definitiva.

---

Em relação às regras materiais expressas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e em sua interpretação pela justiça do trabalho, julgue os itens a seguir.

- 107** A responsabilidade dos entes integrantes da Administração Pública em relação ao adimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada configura-se caso evidenciada sua conduta culposa no cumprimento das suas obrigações de fiscalização de contrato administrativo, especialmente no cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora.
- 108** A pandemia da covid-19 evidenciou a problemática do controle e da supervisão do trabalho na relação de emprego quando este é realizado a distância ou mesmo no domicílio do empregado. A legislação brasileira, porém, modernizou-se para equiparar os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão para fins de subordinação jurídica aos meios pessoais e diretos.

O recurso de revista é um recurso específico do processo trabalhista, previsto na CLT e dirigido ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) com a finalidade de uniformizar a jurisprudência trabalhista em âmbito nacional. A partir dessa informação, julgue os itens a seguir, em relação à atuação do TST no processo trabalhista.

- 109** Das decisões proferidas pelos tribunais regionais do trabalho ou por suas turmas, em execução de sentença caberá recurso de revista, mas somente na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal de 1988.
- 110** O direito a acessar a justiça do trabalho é amplo e admite, até mesmo, que os empregados e os empregadores possam reclamar pessoalmente perante a justiça do trabalho, sem a necessidade de advogado. No entanto, o TST restringe o *jus postulandi* às varas do trabalho, não se admitindo a interposição de recursos trabalhistas sem a subscrição de advogado.

---

Acerca da organização do CRM e do SUS, julgue os itens seguintes.

- 111** É permitida a divulgação de especialidade médica sem registro de RQE no Conselho Regional de Medicina (CRM).
- 112** O processo ético-profissional garante ao médico o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 113** A publicidade médica pode incluir depoimentos de pacientes satisfeitos com seus resultados.
- 114** A Constituição Federal de 1988 atribui ao Sistema Único de Saúde (SUS) a responsabilidade pela execução das ações de vigilância sanitária e epidemiológica.
- 115** A competência do departamento de fiscalização dos CRMs inclui a verificação da regularidade da atividade médica.
- 116** O departamento de fiscalização dos CRMs pode arquivar denúncias contra médicos.
- 117** A Constituição Federal de 1988 prevê a participação da comunidade na formulação das políticas de saúde.
- 118** É permitido ao médico prometer resultado garantido, desde que a técnica esteja respaldada por evidências científicas.
- 119** A sindicância constitui etapa pré-processual obrigatória para a apuração de indícios de infração ética.
- 120** O médico pode responder a processo ético mesmo após ter deixado de exercer a profissão.



RASCUNHO